I - incorreu em infração dolosa, com simulação, fraude ou conluio, respondendo, inclusive os responsáveis, criminalmente, na forma da lei, sem prejuízo do disposto no inciso seguinte;

II - beneficiou-se, indevidamente, do incentivo fiscal, hipótese em que o imposto torna-se devido, integralmente, com atualização monetária e acréscimos legais, de conformidade com a legislação tributária vigente;

III - desativou ou reduziu a produção em estabelecimento não incentivado, para proveito de outro incentivado, no mesmo grupo empresarial.

Art. 14. A obtenção de benefício fiscal vincula o estabelecimento, quanto à personalidade jurídica da empresa, à pessoa dos seus sócios, acionistas ou titular, segundo a forma de constituição, importando sua concessão em direitos e obrigações intransferíveis até o final do prazo de fruição, devendo ser comunicada prévia e oficialmente qualquer intenção de mudança ou alteração quanto ao estabelecimento, denominação ou razão social, quadro societário e titularidade que venha a ocorrer durante o prazo de vigência do incentivo.

Art. 15. A empresa beneficiária do incentivo fiscal deverá exibir, na frente do estabelecimento, placa alusiva ao incentivo, medindo, no mínimo, 1,00m2, com a seguinte expressão: "O GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ PARTICIPA DESTA EMPREENHABILIDADE COM OS INCENTIVOS FISCAIS DA LEI Nº 4.859/96".

Art. 16. Aplicam-se ao beneficiário do incentivo fiscal as demais normas tributárias vigentes.

Art. 17. O incentivo fiscal ora concedido passa a vigorar a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação deste Decreto.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 09 de dezembro de 2008.

GOVERNADOR DO ESTADO
SECRETÁRIO DE GOVERNO
SECRETÁRIO DA FAZENDA

SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO

OF. 2055

ATOS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DECRETO DE 04 DE DEZEMBRO DE 2008

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Processo nº 4434/08, de 03 de novembro de 2008, da Secretaria de Segurança Pública, bem como no Ofício nº 21.000-2084/2008/GAB-SEAD, de 13 de novembro de 2008, da Secretaria da Administração,

RESOLVE exonerar, a pedido, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, **SÉRGIO COELHO REBOUÇAS**, do Cargo de Delegado de Polícia, matrícula nº 199.311-9, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública, a partir de 03 de novembro de 2008.

OF. 2056

PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Piauí GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria GSE/ADM Nº.0365-A/2008

Teresina (Pi), 26 de novembro de 2008.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 164 parágrafo 3º da Lei Complementar Estadual nº. 13/94 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado), com as alterações feitas pelas Leis Complementares nº. 025/2001 e nº. 84/2007, que trata da obrigatoriedade de proceder-se à apuração de irregularidades no serviço público, em conformidade com a supremacia do interesse público,

CONSIDERANDO o teor do relatório final emitido pela Sindicância Investigatória (processo nº. 0041594-5/07), de acordo com o exposto pelos membros da referida comissão a qual solicita instalação de Sindicância Punitiva para aplicação de penalidades, obedecendo desde já os princípios do contraditório e da ampla defesa consagrados pela nossa atual Carta Magna Federal.

RESOLVE

1. Instaurar Sindicância Punitiva em face dos servidores públicos efetivos: Sr. Maércio da Silva Maia, Tátilla Helena de Sousa Barros, Iolanda Rocha da Silva Tavares e Dilza dos Santos Lopes, todos lotados na Unidade Escolar Maria de Lourdes Rebelo em Teresina-PI, com fulcro no artigo 164 parágrafo 4º inciso II, c/c, Art. 137, I, II, III e XII, e Art. 138, VI, IX, XIV da LC nº. 13/94.

2. Designar para procedê-la, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, os servidores: - FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA JUNIOR - PRESIDENTE - ELZAMARIA MESQUITA DA ROCHA - SECRETÁRIA - MARIA JOSÉ ARAÚJO SILVA - MEMBRO

3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ, em Teresina (Pi), ____ de ____ de 2008.

Antonio José Castelo Branco Medeiros
Secretário da Educação e Cultura

OF. 242

Piauí GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Portaria nº 12.000/ 525-A/08 Teresina-PI, 04 de dezembro de 2008.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no §4º, art. 41 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o teor do art. 19 da Lei Complementar Estadual nº13/94, com as inovações trazidas pela Lei Complementar Estadual nº 23/04;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º e seus parágrafos do Decreto nº 13.400 de 18.11.08.

RESOLVE:

CONSTITUIR comissão composta pelos servidores efetivos e estáveis desta Secretaria, JAMES GUERRA JUNIOR, Delegado de Polícia Civil, ROBERTO CARLOS SALES DA SILVA, Delegado de Polícia Civil e FLÁVIO RANGEL DE MELO SOUSA, Delegado de Polícia Civil, para sobre a presidência do primeiro, promover a avaliação especial de desempenho, durante estágio probatório, com o fim de aquisição de estabilidade dos Delegados de Polícia Civil de 3ª Classe que foram nomeados e empossados em 2007, observando o disposto na legislação acima citada e na Lei Complementar Estadual nº 37/04.

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRE-SE

ROBERT RIOS MAGALHÃES
Secretário de Estado da Segurança Pública

OF. 1203-A